

## Apresentação

Nesta edição da revista *Sociedade em Debate*, estão publicados artigos de autores vinculados às Instituições de Ensino do Estado de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Piauí e, também, de autores do Uruguai e da Argentina. O primeiro artigo intitulado *Teoria Social Crítica e Serviço Social: os 50 anos do Movimento de Reconceituação* destaca que as primeiras aproximações da categoria profissional com a perspectiva marxista, ocorreram no período em que se deu o processo de reconceituação, sendo, portanto, um legado daquele período. Destaca que embora tenham passado 50 anos, o marxismo se mantém atual, não apenas como método de análise da realidade, mas como elemento capaz de contribuir para uma prática profissional comprometida com as classes subalternas.

Com o tema *Participação social e políticas públicas: fundamentos e perspectivas*, o próximo texto aborda a proposta de criação da Política Nacional de Participação Social (PNSP). Através do estudo de publicações referentes à categoria participação, os autores destacam que a mesma constitui um conceito que transita em campos conservadores e progressistas, apesar de estar fundamentada, na maioria das vezes, num discurso pautado no aprofundamento da democracia. Finalizando, apontam contradições relacionadas à crise de representação, à ineficiência do Estado e ao processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Continuando a reflexão sobre os processos de participação, o terceiro artigo intitulado *Os desafios da participação no Sistema Único de Assistência Social-SUAS: o que pensam os usuários?* problematiza a inserção da sociedade civil nos processos decisórios relativos ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como referência o município de Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autores enfatizam que a participação carrega traços históricos marcados ora pela invisibilidade da desigualdade social, ora pela naturalização das condições de vida do sujeito, fragilizando o seu exercício.

No texto seguinte, *Estado e Comunidades Quilombolas no Pós-1988*, os autores afirmam que, foi somente após a aprovação da última Carta Constitucional que os remanescentes de quilombos adquiriram o status de sujeitos de direitos, passando a exigir do Estado o atendimento de diferentes demandas. Entretanto, apesar da legislação protetiva, esses direitos não são efetivados de fato, havendo um longo caminho a ser percorrido para que este grupo alcance patamares mais efetivos de proteção social.

No quinto artigo, *¿Un puente hacia la nada?: Política Asistencial, Mundo del trabajo y Servicios Universales*, a autora, residente no Uruguai, traça um panorama da política assistencial em nível de América Latina, afirmando que desde os anos 1990, do século passado, esta tem se pautado por priorizar famílias em situação de vulnerabilidade repassando benefícios monetários através dos Chamados Programas de Transferência de Renda condicionada, de forma focalizada e descontextualizada. Destaca a autora que a experiência uruguaia, assim como nos demais países latino americanos, se propõe a ser uma ponte que permitirá aos beneficiários sair de sua condição de pobreza, desconsiderando o contexto social e econômico em que essas famílias estão inseridas, bem como, a necessidade de qualificar as ações direcionadas para estas pessoas que se encontram em situação de risco social.

No próximo texto, *Da Legitimidade Democrática à Efetividade Social: análise do conselho administrativo de recursos fiscais-CARF*, o autor, fazendo uso dos conceitos advindos da ciência política no debate sobre representação da sociedade civil procurou avaliar as possibilidades e limites de mecanismos de participação tais como o CARF, destacando que este pode, a partir de conceitos jurídicos e políticos, ser identificado como legitimamente democrático, apesar da existência de relações de poder entre as classes que participam do conselho.

No sétimo artigo, vindo do Uruguai, denominado, *Las profesiones como mediación en el acceso a derechos sociales*, a autora apresenta alguns resultados da pesquisa realizada sobre o papel dos mecanismos institucionais no acesso/exclusão de dois direitos fundamentais: educação e habitação. Ela destaca que o trabalho dos professores e dos assistentes sociais se constitui um mecanismo de acesso aos direitos sociais, atribuindo assim, um poder significativo para estes profissionais. Entretanto, a autora alerta para o fato de que este poder é limitado, tendo em vista, que na divisão social e técnica do trabalho, estas duas categorias profissionais se encontram numa situação de subalternidade e segregação.

O texto intitulado *El cuidado como objeto de políticas sociales. Su actual problematización en el contexto latinoamericano*, vindo da Argentina, se propõe discutir o significado atual da expressão *cuidado* nas políticas sociais, tendo em vista a proposta de superação da ideia tradicional, cujo foco estava direcionado, principalmente, ao atendimento das necessidades das famílias empobrecidas. Busca compreender o cuidado a partir de concepções que envolvem a dimensão material, emocional e moral, a partir da ideia de que todos os seres humanos, num determinado momento, precisam de algum tipo de cuidado, a ser prestado por uma outra pessoa.

O artigo *Legislación sobre atención de la Salud en la frontera Uruguay Brasil: Un estudio exploratorio del caso uruguayo*, apresenta dados iniciais de uma pesquisa comparativa sobre o direito à saúde em áreas de fronteira Uruguai-Brasil, tendo como referência as modificações ocorridas na legislação uruguaia no ano de 2007. Os resultados iniciais apontam que tem ocorrido alguns acordos bilaterais entre Uruguai e Brasil, com vistas a garantir aos cidadãos, tanto do Uruguai como do Brasil, o acesso aos sistemas de saúde nas zonas fronteiriças. Foi feita referência a criação da Comissão Binacional de Saúde das Fronteiras, como estratégia de enfrentamento aos problemas específicos da área.

Ainda no campo da saúde, o texto *A Discriminação de Vítimas de Acidente do Trabalho ou de Doença Ocupacional: uma Situação de Invisibilidade Social Potencializada*, destaca a existência de uma diferenciação na forma de tratamento dos trabalhadores que adoecem em decorrência do trabalho, fazendo com que estes possam vir a ser duplamente vítimas: pelo próprio adoecimento/acidente de trabalho e pelo processo discriminatório decorrente de sua situação enquanto trabalhador.

Finalizando, o conjunto de artigos que compõe esta edição, o texto *O Serviço Social e a temática droga* destaca que a produção teórica sobre o tema ainda é escassa, necessitando uma ampliação no número de estudos e pesquisas que garanta um aprofundamento teórico e que instrumentalize a categoria profissional para o enfrentamento do discurso conservador, presente na atualidade.

Agradecemos aos (as) autores (as) e desejamos a todos uma ótima leitura!

Comissão Editorial